



Gabarito comentado

Delegado de Polícia · código PCPR-DL-3301-D17A

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	C	C	E	D	D	D	B	E	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	B	E	A	B	D	E	A

Comentários por questão. A alternativa correta aparece destacada no enunciado reproduzido.

Direito Penal

Questão 01 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Noções Fundamentais

Em 10 de março, Rogério privou Sandra de sua liberdade, mantendo-a trancada em um imóvel rural, e somente a libertou em 2 de abril, quando policiais localizaram o cativo. Em 20 de março, entrou em vigor lei que aumentou a pena cominada ao crime de sequestro e cárcere privado. Valter, por sua vez, privou Bianca de sua liberdade em 1º de março, libertando-a no dia 5 do mesmo mês. Ambos foram denunciados pelo crime do art. 148 do Código Penal e serão sentenciados em junho.

Considerando as regras de aplicação da lei penal no tempo, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Rogério aplica-se a lei nova, vigente antes de cessada a permanência, ao passo que a Valter aplica-se a lei anterior, mais benéfica.**
- (B) A ambos aplica-se a lei anterior, pois a lei penal mais grave não alcança fatos cuja execução se iniciou antes de sua vigência.
- (C) A Rogério aplica-se a lei nova, por ser a lei vigente na data da sentença, ao passo que a Valter aplica-se a lei anterior, mais benéfica.
- (D) A Rogério aplica-se a lei anterior, pois, pela teoria da atividade, o crime se considera praticado no início da conduta, como ocorre com Valter.
- (E) A ambos aplica-se a lei nova, pois a norma que altera a pena tem aplicação imediata aos processos em curso, preservados os atos já praticados.

Por que A está correta. O sequestro e cárcere privado é crime permanente: a consumação se prolonga enquanto a vítima permanece privada da liberdade. Como a lei mais grave entrou em vigor (20/3) antes de cessar a permanência (2/4), ela se aplica a Rogério, conforme a Súmula 711 do STF ("A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência"). Já a conduta de Valter cessou em 5/3, antes da lei nova; como a lei penal mais grave não retroage (art. 5º, XL, da CF), aplica-se a ele a lei anterior.

Fundamento: Súmula 711 do STF; art. 5º, XL, da CF; arts. 1º, 2º e 4º do Código Penal.

- B** Erra ao tratar Rogério como Valter: no crime permanente, a conduta continua sendo praticada sob a vigência da lei nova, de modo que não há retroatividade, mas aplicação da lei vigente durante a permanência (Súmula 711 do STF).
- C** Chega à conclusão certa para Rogério pelo motivo errado: a data da sentença é irrelevante para definir a lei penal aplicável; o que importa é a vigência da lei durante a permanência.
- D** A teoria da atividade (art. 4º do CP) não afasta a Súmula 711: no crime permanente, a ação se protraí no tempo e a lei vigente durante a permanência alcança toda a conduta.
- E** Confunde lei penal com lei processual: a aplicação imediata (art. 2º do CPP) vale para normas processuais; a lei penal que agrava a pena não alcança o fato de Valter, encerrado antes de sua vigência.

Pulo do gato: Crime permanente ou continuado: vale a lei mais grave que entrar em vigor antes de cessar a permanência ou a continuidade.

Questão 02 · Gabarito C

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Tipicidade



Anselmo, com intenção de matar o sócio Diogo, misturou veneno ao café que lhe serviu. Diogo ingeriu toda a bebida e, minutos depois, passou a convulsionar. Arrependido, Anselmo administrou-lhe, ele próprio, o antídoto que guardava e o levou ao hospital, onde Diogo sobreviveu. A perícia constatou que a vítima ficou incapacitada para as ocupações habituais por mais de trinta dias em razão da intoxicação.

Considerando a disciplina do Código Penal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Houve desistência voluntária, e Anselmo responderá apenas pela lesão corporal de natureza grave efetivamente produzida.
- (B) Houve arrependimento eficaz, e Anselmo ficará isento de pena, pois impediu voluntariamente a produção do resultado morte.
- (C) Houve arrependimento eficaz, e Anselmo responderá apenas pela lesão corporal de natureza grave efetivamente produzida.**
- (D) Houve tentativa de homicídio, pois o arrependimento eficaz só beneficia quem interrompe a execução antes de esgotar os atos executórios.
- (E) Houve arrependimento posterior, e Anselmo terá a pena da tentativa de homicídio reduzida de um a dois terços.

Por que C está correta. Anselmo esgotou os atos executórios (a vítima ingeriu todo o veneno) e, depois disso, agiu voluntariamente para impedir o resultado, que de fato não ocorreu. Isso é arrependimento eficaz (art. 15, segunda parte, do CP): afasta-se a tentativa de homicídio, e o agente responde só pelos atos já praticados. Como a intoxicação deixou Diogo incapacitado para as ocupações habituais por mais de trinta dias, subsiste a lesão corporal grave (art. 129, § 1º, I, do CP).

Fundamento: Art. 15 do Código Penal (arrependimento eficaz); art. 129, § 1º, I, do Código Penal.

- A** A consequência está certa, mas o instituto não: desistência voluntária pressupõe interromper a execução ainda em curso; aqui a execução já se esgotara quando Anselmo agiu.
- B** O arrependimento eficaz não gera isenção total de pena: o art. 15 do CP manda o agente responder pelos atos já praticados, no caso a lesão corporal grave.
- D** Inverte os institutos: interromper a execução antes de esgotá-la é desistência voluntária; o arrependimento eficaz é justamente a atuação depois de esgotados os atos executórios.
- E** Arrependimento posterior (art. 16 do CP) é causa de diminuição para crimes sem violência ou grave ameaça com reparação do dano após a consumação; não se confunde com impedir o resultado.

Pulo do gato: Esgotou a execução e evitou o resultado: arrependimento eficaz, respondendo só pelo que já causou.

Questão 03 · Gabarito C

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Crimes contra a administração pública

Cláudia, servidora responsável pela tesouraria de uma autarquia estadual, deixou o cofre aberto ao sair para o almoço, em desacordo com as normas internas. Renan, servidor do mesmo setor, valendo-se do livre acesso à tesouraria que sua função lhe assegurava, subtraiu do cofre R\$ 8.000,00 pertencentes à autarquia. Apurados os fatos, ambos foram processados. Cláudia somente ressarciu integralmente o prejuízo depois do trânsito em julgado da sentença que a condenou.

Diante da situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- (A) Renan praticou peculato-furto, e Cláudia, peculato culposo, cuja pena imposta será reduzida de um terço em razão da reparação.
- (B) Renan praticou peculato-furto, e Cláudia, peculato culposo, cuja punibilidade será extinta pela reparação integral do dano.
- (C) Renan praticou peculato-furto, e Cláudia, peculato culposo, cuja pena imposta será reduzida de metade em razão da reparação.**
- (D) Renan praticou furto qualificado, e Cláudia, peculato culposo, cuja pena imposta será reduzida de metade em razão da reparação.
- (E) Renan praticou peculato-furto, e Cláudia responderá como partícipe desse crime, com a pena reduzida de metade pela reparação.



Por que C está correta. Renan, funcionário público, subtraiu bem da Administração valendo-se da facilidade que a qualidade de funcionário lhe proporcionava: peculato-furto (art. 312, § 1º, do CP). Cláudia concorreu culposamente para o crime de outrem ao deixar o cofre aberto: peculato culposo (art. 312, § 2º). Pelo § 3º, a reparação do dano extingue a punibilidade se anterior à sentença irrecorrível; se posterior, reduz de metade a pena imposta. Como Cláudia reparou depois do trânsito em julgado, sua pena é reduzida de metade.

Fundamento: Art. 312, §§ 1º, 2º e 3º, do Código Penal.

- A Erra a fração: a reparação posterior à sentença irrecorrível reduz de metade, e não de um terço, a pena imposta (art. 312, § 3º, do CP).
- B A extinção da punibilidade só ocorre se a reparação preceder a sentença irrecorrível; Cláudia reparou depois do trânsito em julgado.
- D Renan não praticou furto comum: subtraiu bem público valendo-se da facilidade proporcionada pela função, o que caracteriza peculato-furto (art. 312, § 1º).
- E Não há participação dolosa em crime doloso alheio por quem agiu com negligência; a conduta culposa de Cláudia tem tipo próprio, o peculato culposo do § 2º.

Pulo do gato: Peculato culposo: reparou antes da sentença irrecorrível, extingue; depois, reduz de metade.

Questão 04 · Gabarito E

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Causas de extinção da punibilidade

Caio, que tinha 19 anos na data do fato, foi denunciado pela prática do crime de apropriação indébita simples (art. 168, caput, do Código Penal). Ao tempo do crime, ele já ostentava condenação definitiva anterior por crime doloso, sendo reincidente. A denúncia foi recebida e o processo segue em fase de instrução, sem sentença. A defesa pretende verificar a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, calculada pela pena máxima cominada em abstrato.

Considerando as disposições do Código Penal e o entendimento sumulado do STJ, para esse cálculo, o prazo prescricional

- (A) será reduzido de metade em razão da idade, com acréscimo de um terço pela reincidência, recomeçando a correr por inteiro do recebimento da denúncia.
- (B) será reduzido de um terço em razão da idade, sem acréscimo pela reincidência, recomeçando a correr por inteiro do recebimento da denúncia.
- (C) só seria reduzido de metade se Caio ainda fosse menor de 21 anos na data da sentença, sem acréscimo pela reincidência.
- (D) será reduzido de metade em razão da idade, sem acréscimo pela reincidência, retomando a contagem já iniciada, descontado o tempo anterior à denúncia.
- (E) será reduzido de metade em razão da idade, sem acréscimo pela reincidência, recomeçando a correr por inteiro do recebimento da denúncia.**

Por que E está correta. Três regras se combinam. (1) O art. 115 do CP reduz de metade os prazos prescricionais quando o agente era menor de 21 anos ao tempo do crime; a Lei nº 15.160/2025 excluiu dessa redução apenas os crimes de violência sexual contra a mulher, o que não é o caso. (2) O aumento de um terço pela reincidência (art. 110, caput) incide só na prescrição da pretensão executória; pela Súmula 220 do STJ, "a reincidência não influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva". (3) O recebimento da denúncia interrompe a prescrição (art. 117, I), e o prazo recomeça a correr por inteiro a partir dele (art. 117, § 2º).

Fundamento: Arts. 109, 110, caput, 115 e 117, I e § 2º, do Código Penal; Súmula 220 do STJ.

- A Leva para a pretensão punitiva o aumento de um terço da reincidência, que o art. 110 reserva à pretensão executória (Súmula 220 do STJ).
- B A redução pela idade do art. 115 do CP é de metade, e não de um terço.
- C Troca o marco: para o menor de 21 anos, a idade é aferida ao tempo do crime; a data da sentença é o marco para o maior de 70 anos.
- D Confunde interrupção com suspensão: interrompida a prescrição, todo o prazo recomeça do zero (art. 117, § 2º), sem aproveitar o tempo anterior.

Pulo do gato: Reincidência só aumenta a prescrição executória; menoridade relativa conta na data do fato.

**Direito Processual Penal****Questão 05 · Gabarito D**

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Inquérito Policial

Durante inquérito policial que apura crime de lavagem de dinheiro, o Ministério Público requereu ao juízo competente que determinasse à autoridade policial o indiciamento de Edson. O juiz deferiu o pedido e oficiou à Delegada Marta, que preside o procedimento, para que procedesse ao indiciamento. Marta, após analisar os elementos colhidos, entende não haver indícios suficientes de autoria em relação a Edson. Quanto a fato conexo atribuído a outro investigado, concluiu que a conduta é atípica.

Considerando a legislação e a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a afirmativa correta.

- (A) Marta deve indiciar Edson, pois a ordem judicial equivale a diligência requisitada, de cumprimento obrigatório, e não pode arquivar os autos quanto ao fato atípico.
- (B) Marta não está obrigada a indiciar Edson, pois o indiciamento é ato privativo e fundamentado do delegado, e pode arquivar os autos quanto ao fato atípico.
- (C) Marta não está obrigada a cumprir a ordem do juiz, mas teria de indiciar Edson se a requisição viesse diretamente do Ministério Público, e não pode arquivar os autos.
- (D) Marta não está obrigada a indiciar Edson, pois o indiciamento é ato privativo e fundamentado do delegado, nem pode arquivar os autos quanto ao fato atípico.**
- (E) Marta não está obrigada a indiciar Edson, pois o indiciamento depende de autorização judicial que ela não requereu, e não pode arquivar os autos quanto ao fato atípico.

Por que D está correta. O indiciamento é privativo do delegado de polícia e se faz por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato (art. 2º, § 6º, da Lei 12.830/2013). Por isso, o STF e o STJ entendem que juiz e Ministério Público não podem requisitar ou determinar o indiciamento, que depende da convicção motivada da autoridade policial. Por outro lado, a autoridade policial não pode mandar arquivar autos de inquérito (art. 17 do CPP), ainda que entenda atípica a conduta: deve relatar e remeter os autos, cabendo ao Ministério Público ordenar o arquivamento.

Fundamento: Art. 2º, § 6º, da Lei nº 12.830/2013; art. 17 do Código de Processo Penal; entendimento do STF e do STJ de que o indiciamento não pode ser requisitado pelo juiz nem pelo Ministério Público.

- A** O indiciamento não é diligência que se possa requisitar; é juízo técnico-jurídico privativo do delegado, que não se submete a ordem do juiz.
- B** Acerta sobre o indiciamento, mas erra no fim: a autoridade policial nunca pode mandar arquivar autos de inquérito (art. 17 do CPP).
- C** Também o Ministério Público, titular da ação penal, não pode requisitar o indiciamento; pode requisitar diligências, não o juízo de convicção do delegado.
- E** O indiciamento não depende de autorização judicial; é ato da própria autoridade policial, fundamentado nos elementos do inquérito.

Pulo do gato: Indiciar é decisão do delegado; arquivar, nunca.

Questão 06 · Gabarito D

Questão real · FGV · 2025 · TJ-CE · Juiz Substituto · Ação Penal

Mévio cometeu estelionato em fevereiro de 2019. Satisfeitas todas as condições de procedibilidade, a denúncia foi oferecida e recebida em fevereiro de 2020 (já em vigor a Lei 13.964/2019). O réu confessou o crime e, antes das alegações finais, a defesa pediu remessa ao MP para a proposta de ANPP (Acordo de Não Persecução Penal), mesmo após o recebimento da denúncia. O juiz negou, alegando inaplicabilidade após o recebimento da denúncia. Sobre o caso, assinale a afirmativa correta.

- (A) O ANPP pode ser oferecido em qualquer fase, inclusive após o trânsito em julgado, dentro do prazo prescricional, pela retroatividade da lei mais benéfica, permitindo a sua aplicação mesmo na execução penal.
- (B) O ANPP não pode ser oferecido após o recebimento da denúncia, sendo instituto pré-processual, aplicável apenas na fase investigativa, antes da ação penal. O STJ reforça essa limitação temporal.



- (C) O ANPP pode ser oferecido até o recebimento da denúncia para os fatos anteriores à Lei nº 13.964/2019, e até a sentença para os fatos posteriores, diferenciando-se por adaptação do sistema.
- (D) O ANPP pode ser oferecido em processos em curso (fatos anteriores à Lei 13.964/2019), mesmo após recebimento da denúncia, desde que antes do trânsito em julgado, conforme o entendimento do STJ.**
- (E) O ANPP não pode ser oferecido para fatos anteriores à Lei 13.964/2019, independentemente da fase, pois é norma mista e a regra é a irretroatividade, impedindo a sua aplicação a fatos pretéritos.

Por que D está correta. Gabarito D. O STF, no HC 185.913 (Plenário, 2024), fixou que cabe o acordo de não persecução penal em processos que estavam em andamento quando a Lei 13.964/2019 entrou em vigor, mesmo sem confissão anterior, desde que o pedido seja feito antes do trânsito em julgado. A Terceira Seção do STJ seguiu esse entendimento ao julgar o Tema repetitivo 1.098 (2024). Como o fato de Mévio é anterior à lei e não há trânsito em julgado, o recebimento da denúncia não impede a remessa dos autos ao MP para que se manifeste, de forma motivada, sobre o acordo (art. 28-A do CPP).

- A** O limite é o trânsito em julgado: depois dele não cabe ANPP, nem na execução penal.
- B** Reproduz a antiga orientação que limitava o ANPP ao recebimento da denúncia, superada pelo STF (HC 185.913) e pelo próprio STJ (Tema 1.098).
- C** Cria uma distinção que não existe: os tribunais não fixaram marcos diferentes (denúncia para fatos anteriores, sentença para posteriores).
- E** O ANPP tem conteúdo material mais benéfico e retroage (art. 5º, XL, da CF); por isso alcança fatos anteriores à Lei 13.964/2019, observado o limite do trânsito em julgado.

Pulo do gato: ANPP para fato anterior ao Pacote Anticrime: cabe até o trânsito em julgado, mesmo com a denúncia já recebida.

Questão 07 · Gabarito D

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Procedimento Penal

Mário, servidor público estadual, e Joana, particular, foram denunciados pela prática, em concurso, do crime de peculato, que é afiançável. A denúncia foi instruída com os autos do inquérito policial que apurou os fatos. O juiz recebeu a denúncia sem antes notificar os acusados para apresentarem a resposta preliminar escrita prevista no art. 514 do Código de Processo Penal. As defesas de ambos alegam nulidade do recebimento.

Considerando o Código de Processo Penal e o entendimento sumulado do STJ, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não há nulidade, pois a resposta preliminar só é exigida nos crimes inafiançáveis praticados por funcionário público no exercício do cargo.
- (B) Há nulidade apenas quanto a Mário, que deveria ter sido notificado para responder por escrito no prazo de dez dias, antes do recebimento.
- (C) Há nulidade quanto aos dois acusados, pois a resposta preliminar se estende ao particular que concorre para o crime funcional.
- (D) Não há nulidade, pois a resposta preliminar é dispensável na ação penal instruída por inquérito policial, e ela não alcançaria Joana.**
- (E) Não há nulidade, pois a resposta preliminar foi suprimida pela reforma de 2008, que adotou a resposta à acusação em todos os ritos.

Por que D está correta. Nos crimes funcionais afiançáveis, o art. 514 do CPP prevê que, antes de receber a denúncia, o juiz notifique o acusado para responder por escrito em 15 dias. Essa resposta preliminar é prerrogativa do funcionário público e não se estende ao particular que concorre para o crime. Além disso, a Súmula 330 do STJ dispõe que "é desnecessária a resposta preliminar de que trata o artigo 514 do Código de Processo Penal, na ação penal instruída por inquérito policial". Como a denúncia veio instruída pelo inquérito, não há nulidade.

Fundamento: Arts. 513 a 516 do Código de Processo Penal; Súmula 330 do STJ.

- A** Inverte o requisito: o procedimento especial do art. 514 do CPP é previsto justamente para os crimes funcionais afiançáveis.
- B** O prazo da resposta preliminar é de 15 dias, e, de todo modo, a Súmula 330 do STJ a dispensa quando a denúncia é instruída por inquérito policial.



- C A resposta preliminar protege a função pública e é prerrogativa do funcionário; o particular coautor não tem direito a ela.
- E Os arts. 513 a 518 do CPP continuam em vigor; a reforma de 2008 não suprimiu a resposta preliminar dos crimes funcionais.

Pulo do gato: Crime funcional afiançável: resposta preliminar em 15 dias, dispensável se a denúncia vier com inquérito (Súmula 330 do STJ).

Questão 08 · Gabarito B

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Da Prisão e da Liberdade Provisória

Osvaldo e Tiago foram presos em flagrante na mesma ocorrência e conduzidos à delegacia. Osvaldo foi autuado por crime cuja pena máxima cominada é de 4 anos de reclusão; Tiago, por crime cuja pena máxima é de 8 anos de reclusão. Nenhum dos delitos é inafiançável, e não estão presentes as hipóteses de vedação da fiança previstas no Código de Processo Penal. Lavrados os autos, o delegado deixou de arbitrar fiança para os dois presos, afirmando que a matéria é reservada ao juiz.

Considerando o Código de Processo Penal, assinale a afirmativa correta.

- (A) O delegado deveria ter arbitrado fiança a Osvaldo e a Tiago, pois a autoridade policial pode concedê-la nas infrações com pena máxima de até 8 anos.
- (B) O delegado deveria ter arbitrado fiança a Osvaldo, que, diante da recusa, pode prestá-la por simples petição ao juiz, que decidirá em 48 horas.**
- (C) O delegado agiu corretamente quanto aos dois presos, pois, no sistema do Código de Processo Penal, a fiança é sempre concedida pelo juiz.
- (D) O delegado deveria ter arbitrado fiança a Osvaldo, que, diante da recusa, deverá aguardar a conclusão do inquérito para requerê-la ao juiz.
- (E) O delegado deveria ter arbitrado fiança a Osvaldo, que, diante da recusa, pode prestá-la por petição ao Ministério Público, que decidirá em 48 horas.

Por que B está correta. A autoridade policial pode conceder fiança nas infrações cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 anos (art. 322, caput, do CPP); nos demais casos, a fiança é requerida ao juiz, que decide em 48 horas (art. 322, parágrafo único). Assim, o delegado deveria ter arbitrado a fiança de Osvaldo. Se a autoridade policial recusa ou retarda a fiança, o preso, ou alguém por ele, pode prestá-la mediante simples petição ao juiz competente, que decidirá em 48 horas (art. 335). Para Tiago, cuja pena máxima é de 8 anos, a fiança só pode ser arbitrada pelo juiz.

Fundamento: Arts. 322 e 335 do Código de Processo Penal.

- A O limite da autoridade policial é a pena máxima não superior a 4 anos (art. 322); acima disso, como no caso de Tiago, só o juiz arbitra a fiança.
- C Inverte a regra: o próprio CPP dá ao delegado o poder de arbitrar fiança nas infrações com pena máxima de até 4 anos.
- D Não há espera pelo fim do inquérito: o art. 335 permite pedir a fiança de imediato ao juiz, por simples petição.
- E Quem decide sobre a fiança recusada pela autoridade policial é o juiz competente, não o Ministério Público (art. 335).

Pulo do gato: Delegado arbitra fiança até 4 anos de pena máxima; se recusar, simples petição ao juiz, que decide em 48 horas.

**Legislação Penal e Processual Penal Extravagante****Questão 09 · Gabarito E**

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Lei de Tóxicos – Lei nº 11.343 de 2006

Fábio, primário e de bons antecedentes, foi abordado por policiais em um ônibus que acabara de partir de Curitiba (PR) com destino a Campo Grande (MS), ainda em território paranaense. Em sua bagagem, foram encontrados 500 g de cocaína que, conforme o bilhete de passagem e as anotações apreendidas com ele, seriam entregues a um comprador na capital sul-mato-grossense. Apurou-se que Fábio agia sozinho, sem vínculo com organização ou grupo criminoso, mas que responde a outra ação penal, ainda sem sentença, por receptação.

Considerando a Lei nº 11.343/2006 e a jurisprudência do STJ, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não incide a majorante do tráfico interestadual, que exige a efetiva transposição da divisa, e a ação penal em curso não basta para afastar o redutor do tráfico privilegiado.
- (B) Incide a majorante do tráfico interestadual, ainda que não transposta a divisa, mas a ação penal em curso afasta o redutor, por indicar dedicação a atividades criminosas.
- (C) Configura-se tentativa de tráfico interestadual, pois a droga não chegou ao destino, e a ação penal em curso não basta para afastar o redutor do tráfico privilegiado.
- (D) Incide a majorante do tráfico interestadual, ainda que não transposta a divisa, e o redutor do tráfico privilegiado poderá diminuir a pena de um terço a dois terços.
- (E) Incide a majorante do tráfico interestadual, ainda que não transposta a divisa, e a ação penal em curso não basta para afastar o redutor do tráfico privilegiado.**

Por que E está correta. Pela Súmula 587 do STJ, a majorante do art. 40, V, da Lei 11.343/2006 dispensa a efetiva transposição de fronteiras entre Estados, bastando a demonstração inequívoca da intenção de realizar o tráfico interestadual, provada aqui pelo bilhete e pelas anotações. Quanto ao redutor do art. 33, § 4º (de um sexto a dois terços), o STJ firmou no Tema repetitivo 1.139 que é vedado usar inquéritos ou ações penais em curso para negar o benefício. Como Fábio é primário, tem bons antecedentes e não integra organização criminosa, a ação penal pendente não basta para afastá-lo.

Fundamento: Arts. 33, caput e § 4º, e 40, V, da Lei nº 11.343/2006; Súmula 587 do STJ; STJ, Tema repetitivo 1.139.

- A** Contraria a Súmula 587 do STJ: não é preciso cruzar a divisa; basta a prova inequívoca de que a droga se destinava a outro Estado.
- B** Ação penal em curso, por si só, não demonstra dedicação a atividades criminosas; o STJ veda esse uso no Tema repetitivo 1.139.
- C** Transportar droga já consuma o tráfico (crime de ação múltipla); a chegada ao destino é irrelevante para a consumação.
- D** A fração do art. 33, § 4º, é de um sexto a dois terços, e não de um terço a dois terços.

Pulo do gato: Tráfico interestadual não exige cruzar a divisa; processo em curso não tira o tráfico privilegiado.

Questão 10 · Gabarito C

Questão real · FGV · 2024 · PC-MG · Investigador de Polícia I · Lei de Organização Criminosa – Lei nº 12.850 de 2013

De acordo com a Lei nº 12.850/2013, a infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, representada pelo Delegado de Polícia ou requerida pelo Ministério Público, após manifestação técnica do Delegado de Polícia quando solicitada no curso de inquérito policial, será precedida de circunstanciada, motivada e sigilosa autorização judicial, que estabelecerá seus limites. De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 12.850/2013, avalie as afirmativas a seguir. I. No curso do inquérito policial, o Delegado de Polícia poderá determinar aos seus agentes, e o Ministério Público poderá requisitar, a qualquer tempo, relatório da atividade de infiltração. II. A infiltração será autorizada pelo prazo de seis meses, prorrogável uma única vez, por igual período, desde que comprovada sua necessidade. III. Na hipótese de representação do Delegado de Polícia, o Juiz competente, antes de decidir, ouvirá o Ministério Público. Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.



- (B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

Por que C está correta. Gabarito C. A afirmativa I reproduz o art. 10, § 5º, da Lei 12.850/2013: no curso do inquérito, o delegado pode determinar aos seus agentes, e o MP pode requisitar, a qualquer tempo, relatório da atividade de infiltração. A afirmativa III reproduz o art. 10, § 1º: na representação do delegado, o juiz ouve o MP antes de decidir. A afirmativa II está errada porque o art. 10, § 3º, prevê infiltração pelo prazo de até 6 meses, "sem prejuízo de eventuais renovações", desde que comprovada a necessidade; não há limite de uma única prorrogação.

- A** Deixa de fora a afirmativa III, que reproduz o art. 10, § 1º, da Lei 12.850/2013.
B Inclui a afirmativa II, mas a lei admite renovações sucessivas, e não uma única prorrogação.
D Inclui a afirmativa II, que está errada, e exclui a afirmativa I, que está correta.
E A afirmativa II está errada: o § 3º do art. 10 admite eventuais renovações, sem limitar a uma prorrogação.

Pulo do gato: Infiltração: até 6 meses, com renovações sucessivas se comprovada a necessidade.

Questão 11 · Gabarito A

Questão real · FGV · 2024 · SEAP-BA · Agente Penitenciário · Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340 de 2006

Recentemente, Maria da Penha, mulher que dá nome a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, retornou a ser notícia, pois precisou ser inserida no programa de proteção de defensores de direitos humanos, em decorrência de ameaças de morte, que vem sofrendo, o que denota a importância do debate público sobre a violência de gênero. Sobre a mencionada legislação, assinale a afirmativa correta.

- (A) O nome da ofendida ficará sob sigilo nos processos em que se apuram crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.**
(B) Para os efeitos da Lei Maria da Penha, não configura violência doméstica e familiar contra a mulher, quando praticada em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor tenha convivido com a ofendida, mesmo sem coabitação.
(C) A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á exclusivamente por medidas adotadas pela União e Estados.
(D) As medidas protetivas de urgência deverão ser concedidas após a audiência das partes e prévia manifestação do Ministério Público, sendo válida após a intimação das partes.
(E) No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá promover o registro de ocorrência, cabendo somente à ofendida, por meios próprios, promover a retirada de seus pertences do local da ocorrência.

Por que A está correta. Gabarito A. O art. 17-A da Lei 11.340/2006, incluído pela Lei 14.857/2024, determina que o nome da ofendida fique sob sigilo nos processos em que se apuram crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.

- B** O art. 5º, III, da Lei 11.340/2006 abrange qualquer relação íntima de afeto em que o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação (Súmula 600 do STJ).
C Pelo art. 8º, a política pública se faz por um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não governamentais, e não só por União e Estados.
D As medidas protetivas podem ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público (art. 19, § 1º).
E A autoridade policial deve, se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência (art. 11, IV).

Pulo do gato: Lei Maria da Penha: o nome da vítima fica sob sigilo no processo (art. 17-A).

Questão 12 · Gabarito C

Questão real · FGV · 2023 · TJ-PR · Juiz Substituto · Lei de Execução Penal – Lei nº 7.210 de 1984

Felisberto é condenado, por sentença definitiva, a uma pena de 1 ano de reclusão, em regime inicialmente aberto, a qual é substituída por uma pena restritiva de direitos de prestação de serviços à comunidade, pelo



mesmo prazo. Decorridos 5 meses do início da execução da citada pena, sobrevém nova condenação definitiva, a uma pena de 6 anos de reclusão, em regime inicialmente semiaberto. Diante do caso narrado, o juiz da execução penal deverá:

- (A) manter a pena restritiva de direitos, pois sua execução é compatível com o regime prisional fixado na nova condenação;
- (B) converter a pena restritiva de direitos na pena de reclusão, desprezando o tempo de pena restritiva de direitos já cumprido e unificando as penas dos dois crimes;
- (C) converter a pena restritiva de direitos na pena de reclusão, deduzindo o tempo de pena restritiva de direitos já cumprido e unificando as penas dos dois crimes;**
- (D) converter a pena restritiva de direitos em prisão albergue domiciliar, deduzindo o tempo de pena restritiva de direitos já cumprido e deixando de unificar as penas dos dois crimes;
- (E) converter a pena restritiva de direitos na pena de reclusão, desprezando o tempo de pena restritiva de direitos já cumprido e deixando de unificar as penas dos dois crimes.

Por que C está correta. Gabarito C. Sobrevindo condenação a pena privativa de liberdade por outro crime, o juiz da execução decide sobre a conversão da pena restritiva de direitos, podendo deixar de convertê-la se for possível cumprir a pena substitutiva anterior (art. 44, § 5º, do CP). Pelo Tema repetitivo 1.106 do STJ, as penas são unificadas, com reconversão da pena alternativa em privativa de liberdade, ressalvado o cumprimento simultâneo apenas para apenados em regime aberto. Como a nova pena de Felisberto é em regime semiaberto, há conversão e unificação (art. 111 da LEP), deduzindo-se o tempo já cumprido da pena restritiva (art. 44, § 4º, do CP).

- A** O regime semiaberto da nova condenação é incompatível com a manutenção da prestação de serviços; o cumprimento simultâneo só é admitido no regime aberto (Tema 1.106 do STJ).
- B** O tempo de pena restritiva de direitos já cumprido deve ser deduzido na conversão (art. 44, § 4º, do CP).
- D** Não há conversão em prisão albergue domiciliar, e as penas devem ser unificadas para definir o regime (art. 111 da LEP).
- E** Erra duas vezes: o tempo cumprido é deduzido, e as penas são unificadas.

Pulo do gato: Nova condenação em regime semiaberto ou fechado: converte a pena restritiva, desconta o tempo cumprido e unifica.

Direito Constitucional

Questão 13 · Gabarito B

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Direitos Individuais

Por volta das 2h de uma madrugada, policiais civis foram cumprir mandado de busca e apreensão expedido na véspera e, como Irene se recusou a abrir a porta, ingressaram à força em sua residência. Na mesma noite, em outro bairro, policiais que patrulhavam a região ouviram gritos de socorro e disparos de arma de fogo vindos do interior de uma casa e, sem mandado e sem autorização do morador, ingressaram no imóvel, onde encontraram uma pessoa ferida e o autor dos disparos.

Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

- (A) O primeiro ingresso foi lícito, porque o mandado judicial supre a restrição de horário, e o segundo foi ilícito, porque à noite se exige o consentimento do morador.
- (B) O primeiro ingresso foi ilícito, porque a ordem judicial só autoriza a entrada durante o dia, e o segundo foi lícito, por fundadas razões de flagrante delito.**
- (C) O primeiro ingresso foi ilícito, porque a ordem judicial só autoriza a entrada durante o dia, e o segundo só seria lícito se houvesse certeza prévia do crime.
- (D) O primeiro ingresso foi ilícito, porque a moradora não foi previamente intimada a franquear a entrada, e o segundo foi lícito, por fundadas razões de flagrante.
- (E) Os dois ingressos foram ilícitos, pois no período noturno a entrada na casa sem consentimento do morador é vedada em qualquer hipótese.

Por que B está correta. Pelo art. 5º, XI, da CF, a casa só pode ser penetrada sem consentimento do morador em caso de flagrante delito ou desastre, para prestar socorro ou, durante o dia, por determinação judicial. O mandado, portanto, não autoriza o ingresso forçado de madrugada. Já o flagrante autoriza a entrada a qualquer



hora; pelo Tema 280 do STF, a entrada forçada sem mandado é lícita, mesmo à noite, quando amparada em fundadas razões, justificadas a posteriori, de que há flagrante delito no interior da casa. Gritos de socorro e disparos são fundadas razões, e havia ainda a hipótese de prestar socorro.

Fundamento: Art. 5º, XI, da Constituição Federal; STF, Tema 280 da repercussão geral (RE 603.616).

- A Inverte as regras: a ordem judicial só vale durante o dia, ao passo que o flagrante e o socorro autorizam o ingresso a qualquer hora.
- C O STF não exige certeza do crime; bastam fundadas razões, justificadas depois, de que ocorre flagrante no interior da casa.
- D A recusa de Irene mostra que ela foi chamada a abrir a porta; o vício está no horário, porque o mandado só autoriza a entrada durante o dia.
- E A restrição ao período diurno vale só para a ordem judicial; flagrante delito, desastre e prestação de socorro autorizam o ingresso inclusive à noite.

Pulo do gato: Mandado: só de dia. Flagrante, desastre ou socorro: a qualquer hora, com fundadas razões.

Questão 14 · Gabarito B

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Controle de Constitucionalidade

A Câmara Municipal de Alfa aprovou, por iniciativa de um vereador, lei que cria uma secretaria municipal e define suas atribuições. O Prefeito vetou integralmente o projeto, mas o veto foi derrubado, e a lei foi promulgada. O Prefeito sustenta que a lei viola norma da Constituição Federal sobre a iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, norma de observância obrigatória pelos Estados e Municípios, e pretende impugná-la em controle concentrado de constitucionalidade.

Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

- (A) Cabe ação direta de inconstitucionalidade diretamente no STF, por ser a Constituição Federal o parâmetro de controle, afastada a competência do Tribunal de Justiça.
- (B) Não cabe ação direta no STF, mas o Tribunal de Justiça pode julgar a representação tendo como parâmetro a norma federal de reprodução obrigatória, cabendo recurso extraordinário.**
- (C) Não cabe ação direta no STF, mas o Tribunal de Justiça pode julgar a representação tendo como parâmetro a norma federal de reprodução obrigatória, em decisão irrecurável.
- (D) Não cabe controle concentrado em nenhuma instância, pois lei municipal só se sujeita a controle difuso, no julgamento de casos concretos.
- (E) Não cabe ação direta no STF, e o Tribunal de Justiça só pode adotar a Constituição Estadual como parâmetro, vedado invocar norma da Constituição Federal.

Por que B está correta. A ação direta de inconstitucionalidade no STF só tem por objeto lei ou ato normativo federal ou estadual (art. 102, I, a, da CF); lei municipal não pode ser impugnada por ADI no STF. Os Estados instituem a representação de inconstitucionalidade de leis estaduais ou municipais perante o Tribunal de Justiça (art. 125, § 2º). No Tema 484, o STF fixou que os Tribunais de Justiça podem exercer o controle abstrato de leis municipais usando como parâmetro normas da Constituição Federal, desde que de reprodução obrigatória pelos Estados, como as regras de iniciativa legislativa. Da decisão cabe recurso extraordinário ao STF.

Fundamento: Arts. 102, I, a, e III, e 125, § 2º, da Constituição Federal; STF, Tema 484 da repercussão geral (RE 650.898).

- A A ADI no STF não alcança lei municipal (art. 102, I, a, da CF); o controle abstrato dessa lei, no caso, é feito pelo Tribunal de Justiça.
- C Acerta a competência do Tribunal de Justiça, mas erra no fim: quando o parâmetro é norma federal de reprodução obrigatória, cabe recurso extraordinário ao STF.
- D Lei municipal se sujeita a controle concentrado, seja pela representação no Tribunal de Justiça, seja, em certas hipóteses, por ADPF no STF.
- E Contraria o Tema 484 do STF: o Tribunal de Justiça pode usar como parâmetro norma da Constituição Federal de reprodução obrigatória.

Pulo do gato: Lei municipal x norma federal de reprodução obrigatória: representação no TJ, com recurso extraordinário ao STF.

**Direito Administrativo e Gestão Pública****Questão 15 · Gabarito E**

Questão real · FGV · 2026 · PC-PI · Perito Criminal – Contabilidade e Economia · Licitações e Lei nº 14.133 de 2021

Uma entidade do setor público utilizou o leilão para realizar a alienação de bens que foram legalmente apreendidos. Na elaboração do edital, a entidade considerou o seguinte: I. indicação do lugar onde estavam os bens. II. especificação de eventuais ônus e pendências existentes sobre os bens. III. preço mínimo pelo qual os bens poderão ser alienados e as condições de pagamento. O leilão será precedido da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, que conterà o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.

(E) I, II e III.

Por que E está correta. Gabarito E. Pelo art. 31, § 2º, da Lei 14.133/2021, o edital do leilão, além de divulgado em sítio eletrônico oficial, conterà: a descrição do bem; o valor de avaliação, o preço mínimo pelo qual poderá ser alienado e as condições de pagamento (inciso II, item III da questão); a indicação do lugar onde estiverem os móveis, os veículos e os semoventes (inciso III, item I); o sítio da internet e o período do leilão; e a especificação de eventuais ônus, gravames ou pendências sobre os bens (inciso V, item II). Os três itens constam do edital.

- A** Omite os itens II e III, que também constam do edital (art. 31, § 2º, II e V).
- B** Omite o item III: preço mínimo e condições de pagamento são exigidos pelo art. 31, § 2º, II.
- C** Omite o item II: a especificação de ônus e pendências é exigida pelo art. 31, § 2º, V.
- D** Omite o item I: o lugar onde estão os bens é exigido pelo art. 31, § 2º, III.

Pulo do gato: Edital de leilão: bem, avaliação e preço mínimo, local dos bens, sítio e período, ônus e pendências.

Questão 16 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Atos administrativos

Uma autarquia federal identificou duas irregularidades. Na primeira, há dois anos, servidor sem atribuição legal para tanto expediu autorização em favor de um particular; a competência para o ato não é exclusiva, e a autoridade competente pretende mantê-lo, pois não há lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros. Na segunda, há seis anos, foi concedida a Jonas, servidor de boa-fé, vantagem pecuniária em desacordo com a lei, que ele recebe mensalmente desde então.

Considerando a Lei nº 9.784/1999, assinale a afirmativa correta.

- (A) A autorização pode ser convalidada pela autoridade competente, e a vantagem de Jonas não pode mais ser anulada pela Administração, por ter decaído o direito.**
- (B) A autorização deve ser anulada, pois o vício de competência é insanável, e a vantagem de Jonas não pode mais ser anulada, por ter decaído o direito.
- (C) A autorização pode ser revogada com efeitos retroativos, e a vantagem de Jonas não pode mais ser anulada pela Administração, por ter decaído o direito.
- (D) A autorização pode ser convalidada pela autoridade competente, e a vantagem de Jonas não pode ser anulada, pois a anulação depende de decisão judicial.
- (E) A autorização pode ser convalidada pela autoridade competente, e a vantagem de Jonas ainda pode ser anulada, pois o prazo decadencial é de dez anos.

Por que A está correta. Vício de competência não exclusiva é sanável; não havendo lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, o ato pode ser convalidado pela própria Administração (art. 55 da Lei 9.784/1999), por ratificação da autoridade competente. Já o direito de anular atos de que decorram efeitos favoráveis aos destinatários decai em cinco anos, salvo comprovada má-fé (art. 54); com efeitos patrimoniais contínuos, o prazo conta da percepção do primeiro pagamento (art. 54, § 1º). Passados seis anos e havendo boa-fé, a vantagem de Jonas não pode mais ser anulada pela Administração.

Fundamento: Arts. 53, 54, caput e § 1º, e 55 da Lei nº 9.784/1999; Súmula 473 do STF.



- B Só o vício de competência exclusiva é insanável; o de competência não exclusiva admite convalidação (art. 55).
- C Revogação recai sobre ato válido, por conveniência e oportunidade, e produz efeitos não retroativos; ato com vício de legalidade se anula ou se convalida.
- D A Administração anula os próprios atos ilegais sem precisar do Judiciário (art. 53 e Súmula 473 do STF); o impedimento aqui é a decadência.
- E O prazo decadencial do art. 54 da Lei 9.784/1999 é de cinco anos, e não de dez.

Pulo do gato: Competência não exclusiva convalida; cinco anos com boa-fé, decai o direito de anular.

Legislação Estadual e Institucional

Questão 17 · Gabarito B

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Estruturação das carreiras da Polícia Civil do Estado do Paraná

Helena, bacharela em Direito, foi aprovada em todas as fases do concurso para Delegado de Polícia da Polícia Civil do Paraná. Na data marcada para a posse, contava 2 anos e 8 meses de atividade jurídica, tempo que completaria 3 anos quatro meses depois. Ela pretende, se empossada, continuar lecionando, mediante remuneração, em uma faculdade particular.

Considerando a Lei Complementar estadual nº 259/2023, assinale a afirmativa correta.

- (A) Helena atende ao requisito, pois a lei exige dois anos de atividade jurídica ou policial; se empossada, poderia exercer o magistério remunerado.
- (B) Helena não atende ao requisito de atividade jurídica, que deve ser comprovado até a posse; se empossada, poderia exercer o magistério remunerado.**
- (C) Helena atende ao requisito, pois os três anos podem ser completados durante o estágio probatório; se empossada, poderia exercer o magistério remunerado.
- (D) Helena não atende ao requisito de atividade jurídica, que deve ser comprovado até a posse; se empossada, não poderia exercer qualquer atividade remunerada.
- (E) Helena não atende ao requisito, e cabe ao Delegado-Geral, por ato próprio, definir as atuações que se caracterizam como atividade jurídica ou policial.

Por que B está correta. O art. 11, XI, da LC 259/2023 exige, para o cargo de Delegado de Polícia, a "comprovação de três anos de atividade jurídica ou policial, até a data da posse". Helena tinha 2 anos e 8 meses na data marcada, de modo que não preenche o requisito. Quanto ao magistério, o art. 3º, § 2º, veda aos policiais civis o exercício de outras atividades remuneradas, "ressalvado o magistério"; a docência remunerada é, portanto, permitida.

Fundamento: Lei Complementar estadual nº 259/2023 (PR), art. 3º, § 2º, e art. 11, XI e § 1º. Texto conferido em <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibirImpressao&codAto=300584>

- A A exigência é de três anos de atividade jurídica ou policial (art. 11, XI), e não de dois.
- C O marco é a data da posse (art. 11, XI); o tempo não pode ser completado no estágio probatório.
- D A vedação a outras atividades remuneradas ressalva expressamente o magistério (art. 3º, § 2º).
- E Quem regulamenta o que se caracteriza como atividade jurídica ou policial é o Conselho Superior da Polícia Civil (art. 11, § 1º).

Pulo do gato: Delegado na PCPR: três anos de atividade jurídica ou policial até a posse; magistério é a única atividade remunerada permitida.

Questão 18 · Gabarito D

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Código Disciplinar da Polícia Civil do Paraná

Bruno, agente de polícia judiciária, praticou, de forma continuada, entre fevereiro e agosto de 2025, transgressão disciplinar para a qual a Lei estadual nº 21.894/2024 prevê a pena de suspensão a demissão. A conduta não constitui crime. Instaurado o procedimento disciplinar, a comissão precisa definir o prazo prescricional da pretensão punitiva antes e depois da decisão que vier a aplicar a pena.

Considerando o Código Disciplinar da Polícia Civil do Paraná, assinale a afirmativa correta.



- (A) Antes da decisão, o prazo é de cinco anos, contados do primeiro ato da conduta continuada; aplicada a suspensão, passa a ser de dois anos.
- (B) Antes da decisão, o prazo é de cinco anos, contados de quando cessou a continuação; aplicada a suspensão, passa a ser de três anos.
- (C) Antes da decisão, o prazo é de dois anos, por prevalecer a pena mais branda cominada; se aplicada a demissão, passa a ser de cinco anos.
- (D) Antes da decisão, o prazo é de cinco anos, contados de quando cessou a continuação; aplicada a suspensão, passa a ser de dois anos.**
- (E) Antes da decisão, o prazo é de cinco anos, contados de quando cessou a continuação, e assim permanece ainda que aplicada só a suspensão.

Por que D está correta. Pelo art. 62, § 1º, da Lei 21.894/2024, quando a transgressão é punível com suspensão a demissão, o prazo prescricional é de cinco anos. Se, ao final, for imposta a suspensão, o § 2º manda regular o prazo pela pena concretamente aplicada, que passa a ser de dois anos. Nas transgressões permanentes ou continuadas, o prazo se conta do dia em que cessou a permanência ou a continuação (art. 63, parágrafo único).

Fundamento: Lei estadual nº 21.894/2024 (PR), arts. 62, § 1º e § 2º, e 63, parágrafo único. Texto conferido no portal oficial da Polícia Civil do Paraná: https://www.policiacivil.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2024-04/Codigo_disciplinar_PCPR_2024.pdf

- A** Erra o termo inicial: na transgressão continuada, a prescrição corre do dia em que cessou a continuação, e não do primeiro ato.
- B** Imposta a suspensão, o prazo regulado pela pena concreta é de dois anos (art. 62, § 2º), e não de três.
- C** Inverte a regra: com pena cominada de suspensão a demissão, o prazo é de cinco anos (art. 62, § 1º), e não o da pena mais branda.
- E** Ignora o art. 62, § 2º: aplicada a suspensão, o prazo passa a ser regulado pela pena concreta, de dois anos.

Pulo do gato: Suspensão a demissão: cinco anos; imposta a suspensão, dois anos pela pena concreta; continuada, conta do fim.

Direitos Humanos

Questão 19 · Gabarito E

Questão real · FGV · 2025 · TRF - 1ª REGIÃO · Juiz Federal Substituto · Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos: Instituições

No curso dos anos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos tem se deparado com casos de superlotação carcerária em presídios de diversos países – Estados-Partes signatários da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica). Não poucas vezes, aponta que a presença de presos gira em torno de 200% da capacidade da unidade e assinala, inclusive, que isso se dá com verificação e autorização das autoridades judiciárias locais. Isso claramente se alia a diversos outros riscos e problemas, como, por exemplo, a falta de um plano de extinção de incêndio e a constatação de que presos podem ver o sol uma vez por mês, a comida está estragada e inexistem colchões em número suficiente. À luz do sistema regional interamericano de proteção dos direitos humanos, é correto afirmar que:

- (A) a Corte Interamericana de Direitos Humanos não possui mecanismo para tentar solucionar casos urgentes, antes da prolação da sentença final, ante a ausência de previsão normativa;
- (B) a Corte Interamericana de Direitos Humanos pode adotar medidas provisórias, desde que o caso seja urgente e haja necessidade de serem evitados danos irreparáveis a uma coletividade de pessoas;
- (C) nos assuntos não submetidos ao conhecimento da Corte Interamericana de Direitos Humanos, não é possível a adoção de qualquer medida provisória, seja de ofício, seja por provocação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos;
- (D) no curso de um processo, a Corte Interamericana de Direitos Humanos não pode tentar solucionar casos urgentes, porque se entende haver uma reserva de jurisdição do Estado-Parte, que não pode ser provocado, com fundamento na soberania;
- (E) a Corte Interamericana de Direitos Humanos, nos casos contenciosos de que tiver conhecimento, poderá receber diretamente pedido de medida provisória, que tenha relação com o objeto do caso, veiculado pelas (supostas) vítimas ou seus representantes.**



Por que E está correta. Gabarito E. O art. 63.2 da Convenção Americana permite à Corte Interamericana, em casos de extrema gravidade e urgência e quando necessário para evitar danos irreparáveis às pessoas, adotar medidas provisórias nos assuntos de que estiver conhecendo e, nos que ainda não lhe foram submetidos, atuar a pedido da Comissão. O Regulamento da Corte (art. 27) acrescenta que, nos casos contenciosos já em seu conhecimento, as vítimas ou supostas vítimas, ou seus representantes, podem apresentar diretamente o pedido de medidas provisórias, que deve ter relação com o objeto do caso.

- A Há previsão normativa expressa: as medidas provisórias do art. 63.2 da Convenção Americana servem justamente para casos urgentes antes da sentença.
- B Os requisitos são extrema gravidade e urgência e a necessidade de evitar danos irreparáveis às pessoas, sem exigência de que a medida proteja uma coletividade.
- C Nos assuntos ainda não submetidos à Corte, ela pode adotar medidas provisórias a pedido da Comissão Interamericana (art. 63.2 da Convenção).
- D Ao aderir à Convenção e reconhecer a jurisdição da Corte, o Estado aceita suas medidas provisórias; não há reserva de soberania que impeça essa atuação.

Pulo do gato: Medida provisória na Corte IDH: extrema gravidade, urgência e dano irreparável; nos casos em curso, a vítima pode pedir diretamente.

Ciências Forenses

Questão 20 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Traumatologia Forense

Durante necropsia, o perito descreveu, na região temporal direita do cadáver, ferida irregular, de aspecto estrelado, com bordas evertidas e dilaceradas, circundada por escoriação que reproduz o contorno da boca do cano de uma arma. Na tábua óssea externa, em torno do orifício craniano correspondente, havia halo enegrecido de fuligem. Na região temporal esquerda, observou-se ferida de bordas evertidas, sem orlas de contusão ou de enxugo. Não havia zona de tatuagem nem esfumaçamento na pele em torno da lesão direita.

Com base nos achados descritos, assinale a afirmativa correta.

- (A) A lesão direita é entrada de tiro encostado, com sinais de Hoffmann, de Puppe-Werkgaertner e de Benassi; a esquerda é de saída.**
- (B) A lesão direita é entrada de tiro encostado, com câmara de mina de Hoffmann; o halo de fuligem no osso é o sinal de Puppe-Werkgaertner.
- (C) A lesão direita é entrada de tiro disparado à distância, já que estão ausentes na pele a zona de tatuagem e o esfumaçamento.
- (D) A lesão direita é entrada de tiro encostado, e a ausência de zona de tatuagem indica que o disparo foi feito após a morte.
- (E) A lesão direita é de saída, dadas as bordas evertidas e dilaceradas, e a lesão esquerda corresponde ao orifício de entrada do projétil.

Por que A está correta. No tiro encostado sobre plano ósseo, os gases expandem-se sob a pele e a dilaceram, formando ferida irregular, estrelada, de bordas evertidas: é a câmara de mina de Hoffmann. A escoriação que reproduz a boca do cano é o sinal de Puppe-Werkgaertner, e o halo de fuligem na tábua óssea externa ao redor do orifício é o sinal de Benassi. Como os resíduos penetram no trajeto, faltam na pele a zona de tatuagem e o esfumaçamento. A lesão esquerda, de bordas evertidas e sem orlas de contusão e de enxugo, é o orifício de saída.

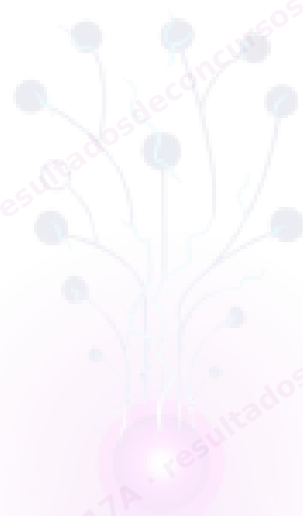
Fundamento: Medicina legal, balística terminal: sinais do disparo encostado (câmara de mina de Hoffmann, sinal de Puppe-Werkgaertner e sinal de Benassi).

- B Troca os sinais: o halo de fuligem no osso é o sinal de Benassi; o de Puppe-Werkgaertner é a impressão da boca do cano na pele.
- C Na pele, a falta de tatuagem e de esfumaçamento é própria do tiro encostado, em que os resíduos entram no trajeto; os sinais descritos afastam o tiro à distância.
- D A zona de tatuagem é sinal de reação vital, mas aqui ela falta porque o tiro foi encostado; sua ausência não indica disparo após a morte.



E No tiro encostado, a entrada também tem bordas evertidas pela expansão dos gases; os sinais de boca de cano e de fuligem no osso identificam a entrada.

Pulo do gato: Tiro encostado no crânio: Hoffmann (câmara de mina), Puppe-Werkgaertner (boca do cano) e Benassi (fuligem no osso).



RESONANCE
SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS